

Vol. 18, número 2, jul-dez, 2025, pág 749-784

**Pacto do Silêncio e Psicologia Fenomenológico-Existencial:
compreendendo especificidades!**

**Pact of Silence and Phenomenological-existential Psychology: understanding
specificities!**

**Pacte de silence et Psychologie Phénoménologique-existentielle: comprendre
les spécificités!**

Ewerton Helder Bentes de Castro¹

Gabriela Monteiro da Silva²

Larissa Marialva Cortez³

Gabriella Masulo Gomes⁴

Luccas Dutra Vieira⁵

Andreia Cristina Cordeiro⁶

¹ Pós-Doutor em Psicologia e PhD em Psicologia pela FFCLRP/USP. Mestre em Educação –PPGE/UFAM. Graduado em Psicologia pela FAPSI/UFAM. Graduado em Odontologia pelo Curso de Odontologia/UFAM. Especialista em Odontologia em Saúde Coletiva –Ufam. Especialista em Odontogeriatrics/CFO. Especialista em Psicologia Hospitalar/IPEMIG. Especialista em Psicologia Forense/IPEMIG. Coordenador do Laboratório de Psicologia Fenomenológico-Existencial –Labfen/Ufam. Líder do Grupo de Pesquisa em Psicologia Fenomenológico-Existencial, certificado pelo CNPq. Coordenador científico da Liga Acadêmica de Psicologia Fenomenológico-Existencial –Lapfe/Ufam. Membro do GT Fenômenos psicológicos e saúde–ANPEPP. E-mail: ewertonhelder@ufam.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2227-5278>

² Pós-graduanda em Psicologia Clínica Fenomenológico-Existencial. Bacharela em Psicologia formada pela UniNorte -Ser Educacional. Diretora de Comunicação da Liga Acadêmica de Psicologia Fenomenológico-Existencial (LAPFE). Membro do Laboratório de Psicologia Fenomenológico-Existencial da UFAM (Labfen). Membro do Grupo de Pesquisa em Psicologia Fenomenológico-Existencial certificado pelo CNPq. E-mail: gabrielamonteiro.psicologia@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-6998-432X>

³ Graduanda em Psicologia pelo Curso de Psicologia da Faculdade Metropolitana de Manaus/FAMETRO. Membro da Liga Acadêmica de Psicologia Fenomenológico-Existencial (LAPFE). Membro do Laboratório de Psicologia Fenomenológico-Existencial da UFAM (Labfen). Membro do Grupo de Pesquisa em Psicologia Fenomenológico-Existencial certificado pelo CNPq. E-mail:

⁴ Graduada do Curso de Psicologia da Faculdade de Psicologia da Universidade Federal do Amazonas. Diretora de Pesquisa da Liga Acadêmica de Psicologia Fenomenológico-Existencial –LAPFE. Membro do Grupo de Pesquisa em Psicologia Fenomenológico-Existencial certificado pelo CNPq. Membro do Laboratório de Psicologia Fenomenológico-Existencial –LABFEN. E-mail: masulogabriella@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0290-798X>

⁵ Graduando em Psicologia pelo Curso de Psicologia da Faculdade Metropolitana de Manaus/FAMETRO. Membro da Liga Acadêmica de Psicologia Fenomenológico-Existencial (LAPFE). Membro do Laboratório de Psicologia Fenomenológico-Existencial da UFAM (Labfen). Membro do Grupo de Pesquisa em Psicologia Fenomenológico-Existencial certificado pelo CNPq. E-mail: dutraLUCCASS@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-9683-7160>

⁶ Graduada pelo Curso de Psicologia da Faculdade Metropolitana de Manaus –FAMETRO. Membro do Laboratório de Psicologia Fenomenológico-Existencial da UFAM (Labfen). Membro do Grupo de Pesquisa em Psicologia Fenomenológico-Existencial certificado pelo CNPq. Membro da Liga Acadêmica de Psicologia

Resumo

O pacto do silêncio pode ser entendido como fenômeno social que reflete a tendência de reprimir ou ignorar experiências e verdades que precisam ser expressas. Em contextos clínicos ou terapêuticos, esse pacto pode se manifestar como obstáculo significativo à comunicação e à compreensão mútua, resultando em espaço onde as emoções e as vivências do sujeito permanecem inarticuladas. A psicologia fenomenológico-existencial, por sua vez, enfatiza a importância do contexto vivido e das histórias pessoais na formação da identidade. É uma perspectiva teórica, qualitativa, que se consubstancia na possibilidade de compreender as várias dimensões presentes na vivência do silenciamento presente na relação terapêutica e a importância da perspectiva fenomenológico-existencial na compreensão do que aí está presente. O discurso em torno do "Pacto do Silêncio" reforça a importância de abraçar dilemas existenciais na prática psicológica. Reconhece o silêncio como um instrumento poderoso que reflete a luta por identidade, significado e conexão em um mundo frequentemente caótico. Desse modo, promover a consciência das complexidades que cercam o silêncio em ambientes terapêuticos não apenas aprimora a compreensão das experiências vividas pelos clientes, mas também enriquece o próprio relacionamento terapêutico. Por meio dessa lente, o silêncio se transforma de barreira em catalisador para o crescimento, guiando os indivíduos em direção a maior compreensão de si mesmos e de seu lugar no mundo. Envolver-se cuidadosamente com o silêncio pode, em última análise, levar a experiência mais profunda da existência, onde os clientes aprendem a articular suas verdades e a resgatar suas vozes nas narrativas de suas vidas.

Palavras-chave: Pacto do Silêncio; Psicologia Fenomenológico-Existencial; Relação terapêutica; Identidade; Existência

Abstract

The pact of silence can be understood as a social phenomenon that reflects the tendency to repress or ignore experiences and truths that need to be expressed. In clinical or therapeutic contexts, this pact can manifest itself as a significant obstacle to communication and mutual understanding, resulting in a space where the subject's emotions and experiences remain inarticulate. Phenomenological-existential psychology, in turn, emphasizes the importance of the lived context and personal stories in the formation of identity. It is a theoretical, qualitative perspective that is embodied in the possibility of understanding the various dimensions present in the experience of silencing present in the therapeutic relationship and the importance of the phenomenological-existential perspective in understanding what is present there. The discourse surrounding the "Pact of Silence" reinforces the importance of embracing existential dilemmas in psychological practice. It recognizes silence as a powerful instrument that reflects the struggle for identity, meaning, and connection in

an often chaotic world. In this way, fostering awareness of the complexities surrounding silence in therapeutic settings not only enhances understanding of clients' lived experiences, but also enriches the therapeutic relationship itself. Through this lens, silence transforms from a barrier to a catalyst for growth, guiding individuals toward greater understanding of themselves and their place in the world. Mindfully engaging with silence can ultimately lead to a deeper experience of existence, where clients learn to articulate their truths and reclaim their voices in the narratives of their lives.

Keywords: Pact of Silence; Phenomenological-Existential Psychology; Therapeutic Relationship; Identity; Existence

Résumé

Le pacte de silence peut être compris comme un phénomène social reflétant la tendance à réprimer ou à ignorer des expériences et des vérités qui doivent être exprimées. Dans un contexte clinique ou thérapeutique, ce pacte peut se manifester comme un obstacle important à la communication et à la compréhension mutuelle, créant un espace où les émotions et les expériences du sujet restent inarticulées. La psychologie phénoménologique et existentielle, quant à elle, souligne l'importance du contexte vécu et des histoires personnelles dans la formation de l'identité. Il s'agit d'une perspective théorique et qualitative qui se concrétise par la possibilité de comprendre les différentes dimensions de l'expérience du silence dans la relation thérapeutique et par l'importance de la perspective phénoménologique et existentielle pour comprendre ce qui y est présent. Le discours autour du « Pacte de silence » renforce l'importance d'aborder les dilemmes existentiels dans la pratique psychologique. Il reconnaît le silence comme un instrument puissant reflétant la lutte pour l'identité, le sens et le lien dans un monde souvent chaotique. Ainsi, favoriser la prise de conscience des complexités entourant le silence en contexte thérapeutique permet non seulement de mieux comprendre le vécu des patients, mais aussi d'enrichir la relation thérapeutique elle-même. De ce point de vue, le silence, autrefois obstacle, devient un catalyseur de croissance, guidant les individus vers une meilleure compréhension d'eux-mêmes et de leur place dans le monde. S'engager consciemment avec le silence peut finalement conduire à une expérience plus profonde de l'existence, où les patients apprennent à exprimer leurs vérités et à se réapproprier leur voix dans le récit de leur vie.

Mots-clés : Pacte de silence ; Psychologie phénoménologique et existentielle ; Relation thérapeutique ; Identité ; Existence

1. À guisa de intróito

A intersecção entre o pacto do silêncio e a psicologia fenomenológico-existencial oferece terreno fértil para a reflexão crítica e a valorização da experiência individual dentro do contexto interpessoal. O pacto do silêncio pode ser entendido como fenômeno social que reflete a tendência de reprimir ou ignorar experiências e verdades que precisam ser expressas. Em contextos clínicos ou terapêuticos, esse pacto pode se manifestar como obstáculo significativo à comunicação e à compreensão mútua, resultando em espaço onde as emoções e as vivências do sujeito permanecem inarticuladas. É nesse pano de fundo que a fenomenologia e a ética existencial se entrelaçam, promovendo análise mais profunda das construções emocionais e cognitivas que moldam a experiência humana.

A psicologia fenomenológico-existencial, por sua vez, enfatiza a importância do contexto vivido e das histórias pessoais na formação da identidade. Através de uma visada que valoriza a subjetividade e a singularidade da experiência, os terapeutas são convidados a explorar as narrativas que os clientes trazem, sempre atentos ao impacto que o pacto do silêncio pode exercer sobre esses relatos. Essa perspectiva permite a desconstrução das barreiras que o silêncio impõe, facilitando um espaço terapêutico onde expressões autênticas são não apenas encorajadas, mas consideradas cruciais para a transformação pessoal. As práticas terapêuticas que advogam pela abertura e pela escuta ativa promovem o processo de desvelamento de verdades ocultas, ao mesmo tempo em que oferecem suporte à jornada existencial de cada indivíduo (Maichin, 2024).

Assim, neste momento não apenas apresentamos o contexto teórico e prático que entrelaça o pacto do silêncio e a psicologia fenomenológico-existencial, mas também estabelece as bases para a discussão subsequente sobre como esses conceitos interagem e se manifestam na prática clínica. A reflexão sobre a necessidade de romper com o silêncio e propiciar um ambiente de diálogo se torna, portanto, um ponto crucial para entender o impacto que a relação terapêutica pode ter na vida dos indivíduos. Com isso, vislumbra-se a importância desse assunto na busca por um entendimento mais profundo da condição humana, destacando a relevância do silêncio e da escuta ativa no desenvolvimento da saúde mental e do bem-estar (Alves & Scorsolini-Comin, 2024; Tochetto & Conte, 2022).

2. Fundamentos da Psicologia Fenomenológico-Existencial

A Psicologia Fenomenológico-Existencial emerge como uma perspectiva que busca compreender a experiência humana em sua singularidade e complexidade. Suas raízes estão fortemente ancoradas na filosofia existencialista, que explora temas como liberdade, propósito e a natureza da existência (Castro, 2025). A ênfase recai sobre a experiência subjetiva, onde a consciência e a percepção individual são vistas como centrais para a compreensão do ser humano. À medida que essa corrente se desenvolveu, incorporou conceitos da fenomenologia, que examina como os fenômenos são percebidos e interpretados, focando na descrição das experiências vividas em vez de reduzir comportamentos a determinantes biológicos ou sociais (Meira & Castro, 2024).

Os principais teóricos que nortearam essa abordagem, como Edmund Husserl, Martin Heidegger e, mais tarde, Jean-Paul Sartre e Maurice Merleau-Ponty, propuseram que a condição humana é marcada por uma relação intrínseca com o mundo. Husserl introduziu a ideia de "epoché", a suspensão do julgamento sobre a realidade a fim de explorar a essência das experiências como elas se apresentam. Heidegger, por sua vez, aprofundou-se no conceito de "ser-no-mundo", enfatizando a interligação entre o indivíduo e seu contexto existencial. As obras desses pensadores fornecem a base teórica que sustenta as práticas clínicas da psicologia fenomenológico-existencial, permitindo uma compreensão mais rica da subjetividade.

Um dos conceitos-chave desta abordagem é a noção de autenticidade, que concerne à capacidade do indivíduo de viver de acordo com suas próprias verdades e valores em vez de se conformar com pressões externas. O sofrimento e a ansiedade são frequentemente reinterpretados dentro desse quadro; em vez de meros sintomas a serem erradicados, são vistos como parte integrante da condição humana que pode levar ao crescimento e à mudança pessoal. Além disso, a ênfase nas relações interpessoais e na empatia destaca a importância do vínculo terapêutico, reconhecendo que a transformação pessoal é muitas vezes facilitada pela conexão genuína entre terapeuta e cliente. Assim, os fundamentos da Psicologia Fenomenológico-Existencial não apenas fornecem um arcabouço teórico robusto, mas também apontam para a relevância da experiência vivida nas práticas terapêuticas contemporâneas (Benicio et al., 2025; Castro et al., 2025).

2.1. Histórico e Desenvolvimento

O desenvolvimento da psicologia fenomenológico-existencial emergiu como resposta e, em muitos aspectos, como revolução em relação às diretrizes epistemológicas e metodológicas predominantes na psicologia do início do século XX. Este movimento começou a ganhar força nas décadas de 1920 e 1930, particularmente na Europa, onde figuras como Edmund Husserl e Martin Heidegger pavimentaram o caminho ao enfatizar a experiência subjetiva e a compreensão do ser humano a partir de sua própria perspectiva. Buscou afastar-se das limitações do comportamento observável, proporcionando um novo paradigma que valoriza a experiência vivida, os significados atribuídos e a autenticidade do indivíduo em sua existência (Meira et al., 2024).

Nos anos seguintes, esses conceitos foram prontamente absorvidos e expandidos por psicólogos e filósofos, como Carl Rogers e Rollo May, que integraram os princípios existenciais à prática clínica. A partir de suas obras, emergiu a perspectiva que não apenas reavaliava o terapeuta como um mero observador, mas o apresentava como facilitador no processo de autodescoberta do cliente. Este enfoque levou à ênfase no livre-arbítrio, na responsabilidade pessoal e na capacidade humana de mudança. A luta contra a alienação e o vazio existencial se tornou um tema central, cultivando a consciência crítica sobre o impacto da modernidade e da sociedade na vida individual (Castro, 2020; 2023).

Ao longo dos anos, a psicologia fenomenológico-existencial consolidou-se como vertente rigorosa e respeitada dentro das ciências psicológicas, convergindo com os avanços na fenomenologia, na literatura e nas artes. Na contemporaneidade, sua relevância permanece evidente, especialmente em suas aplicações na terapia psicológica e no entendimento do sofrimento humano. Assim, pode-se observar contínua evolução na maneira como os profissionais compreendem e abordam os dilemas existenciais da vida moderna. Esta abordagem destaca a importância do olhar atento à experiência subjetiva, constituindo legado significativo que ainda molda práticas terapêuticas e teóricas relevantes no campo da psicologia (Silva & Castro, 2025).

2.2. Principais Teóricos

A Psicologia Fenomenológico-Existencial, fundamentada na busca por compreender a experiência humana em sua totalidade e singularidade, convergiu em torno de várias figuras proeminentes que moldaram seus princípios e práticas. Dentre estes, Alfred Adler destaca-se por sua ênfase na individualidade e na busca por significado, postulando que os indivíduos são motivados por sentimentos de inferioridade e pela necessidade de superação. Sua abordagem centrada na pessoa, embora não diretamente classificada como fenomenológica, influenciou profundamente outras correntes existenciais, especialmente na consideração do papel da consciência na construção de realidade e identidade. (Castro et al., 2025)

Jean-Paul Sartre, filósofo central na literatura existencialista, enfatizou a liberdade humana e a responsabilidade individual, elementos cruciais para o entendimento da psicologia existencial. Em sua obra, sustentou que a existência precede a essência, desafiando as narrativas tradicionais que tentavam definir o ser humano de maneira prescritiva. Essa ideia de que os indivíduos são os autores de suas próprias vidas e significados ressoou fortemente com os teóricos da psicologia fenomenológica, que promovem a liberdade de escolha fundamental na formação das experiências subjetivas (Meira & Castro, 2024).

Martin Heidegger e Maurice Merleau-Ponty também desempenharam papéis significativos na configuração desta disciplina. Heidegger trouxe a noção de "ser-no-mundo", salientando a interdependência entre os indivíduos e seu contexto existencial e temporal. Esta perspectiva ressoou na prática clínica, onde se dá ênfase a como a história pessoal e os vínculos sociais moldam a experiência humana. Merleau-Ponty, por sua vez, contribuiu para a compreensão do corpo como meio essencial de experiência, sublinhando que a corporeidade é integral para entender a percepção e a ação. Através de suas ideias, a psicologia fenomenológico-existencial ergueu-se como campo que valoriza a subjetividade, explorando a singularidade das vivências humanas com um enfoque que desafia as abordagens reducionistas e objetivas, buscando o entendimento profundo da existência em suas múltiplas facetas (Meira et al., 2025).

2.3. Conceitos Chave

A psicologia fenomenológico-existencial, enquanto teoria e prática, repousa sobre um conjunto de conceitos-chave que iluminam sua fundação e direções terapêuticas. Um dos pilares centrais é a "experiência subjetiva", que se refere à forma como o indivíduo percebe e dá sentido a suas vivências. A ênfase nessa dimensão subjetiva é crucial, pois permite ao terapeuta compreender a realidade de cada cliente em seus próprios termos, reconhecendo que a experiência é única e profundamente pessoal. Essa ideia nos remete à noção de "embodied experience" (experiência incorporada), que sugere que a vivência subjetiva está inextricavelmente ligada ao corpo e às emoções. Essa relação permite uma exploração mais rica do ser humano que vai além das narrativas cognitivas (Silva & Castro, 2025).

Outro conceito fundamental é o de "liberdade e responsabilidade". A psicologia fenomenológico-existencial propõe que, embora os indivíduos estejam imersos em contextos sociais e culturais, ainda desempenham papel ativo na construção de suas identidades e significados. Essa perspectiva fomenta a noção de agência, sugerindo que cada pessoa, mesmo diante de condições adversas, possui a capacidade de escolher suas reações, decisões e ações. Nesse contexto, a "autenticidade" emerge como valor crucial, envolvendo a busca de viver de maneira autêntica e em consonância com o verdadeiro eu, ao mesmo tempo que se responsabiliza pelas consequências dessas escolhas (Castro et al., 2025).

Por fim, a noção de "existência" ocupa lugar central nesse paradigma, uma vez que enfatiza a condição humana em sua totalidade — envolvendo os dilemas do viver, a busca pelo sentido e os desafios inerentes à finitude. Questões como a angústia existencial, a solidão e a busca por conexão tornam-se temas ricos para a investigação psicológica. Essa abordagem permite um mergulho profundo nas complexidades da experiência humana, convidando tanto o terapeuta quanto o cliente à reflexão comprometida e autêntica, capaz de forjar novos sentidos e possibilitar transformações significativas. Juntos, esses conceitos-chave sustentam não apenas a prática terapêutica, mas também o modo de compreender o ser humano na sua plenitude (Silva et al., 2025).

3. O Pacto do Silêncio: Definição e Contexto

O “Pacto do Silêncio” refere-se a fenômeno social e psicológico caracterizado pela decisão coletiva de não expressar determinados pensamentos, sentimentos ou experiências, geralmente em contextos onde o medo, a vergonha ou o estigma são predominantes. Este pacto implica na aceitação tácita entre os indivíduos de silenciar aspectos de suas vidas, muitas vezes para proteger a própria identidade ou reputação dentro do grupo social. Surge como resposta a situações que envolvem vulnerabilidade emocional, traumas ou estigmas associados a comportamentos considerados inaceitáveis em normas culturais específicas. A definição deste conceito perpassa diversas áreas do conhecimento, incluindo a psicologia, sociologia e estudos culturais, refletindo a complexidade de como as interações sociais moldam a expressão individual (Rodrigues & Paulino, 2022; Ribeiro, 2022).

A origem do termo “Pacto do Silêncio” insere-se em diálogos contemporâneos sobre ciclone afetivo, restrições sociais e a dinâmica da comunicação interpessoal. A partir da análise de diferentes contextos históricos e sociais, é possível observar como este fenômeno se manifesta em diversas culturas, cada uma com suas peculiaridades. Por exemplo, em sociedades que valorizam um padrão de sucessos e triunfos, o fracasso pode ser um assunto tabu, levando indivíduos a ocultar suas lutas e experiências. Isso não apenas perpetua a cultura de isolamento, mas também impacta na saúde mental e no desenvolvimento emocional dos indivíduos, criando ciclo pernicioso que se reflete em questões de autoestima e autoimagem (Martino et al.2023).

As implicações culturais do Pacto do Silêncio são marcantes, uma vez que rejeitar a comunicação sobre determinadas experiências pode reforçar estigmas, criar barreiras na busca por apoio e gerar ambiente propenso à solidão. Em nível mais profundo, os pactos podem ser observados em contextos familiares, comunitários e profissionais, onde normas implícitas sobre o que deve ou não ser compartilhado moldam os comportamentos e as interações. Este processo dificulta ainda mais o reconhecimento de dificuldades emocionais e a busca por ajuda profissional, essencial à cura e ao aprimoramento do bem-estar psicológico. Portanto, a análise do “Pacto do Silêncio” revela não só um mecanismo de autoproteção, mas também convite à reflexão sobre a importância da comunicação aberta e da empatia nas

relações humanas, destacando como a mudança cultural é vital para quebrar as correntes desse fenômeno (Oliveira, 2023).

3.1. Origem do Termo

O termo "Pacto do Silêncio" emerge de contexto sociocultural complexo, refletindo as dinâmicas interativas entre indivíduos e seus ambientes sociopolíticos. Inicialmente associado a realidades em que a comunicação se torna limitada, ou mesmo inibida, o conceito se fundamenta na observação da omissão deliberada de informações cruciais, muitas vezes resultando de pactos não escritos entre pessoas ou grupos. Esse fenômeno é frequentemente verificado em contextos de opressão, medo, ou até mesmo em situações de trauma, onde o silêncio se torna estratégia de coping ou de sobrevivência, na tentativa de evitar consequências adversas

Historicamente, a ideia do pacto do silêncio encontra eco em diversas áreas, como na literatura, no cinema e, principalmente, na psicologia. O uso do termo se intensificou nas últimas décadas, à medida que estudiosos e terapeutas se depararam com manifestações de silenciamento em experiências existenciais humanas. As abordagens fenomenológico-existenciais enfatizam que o silêncio tem tanto um aspecto pessoal quanto um componente social que molda a subjetividade. Neste sentido, o conceito evoluiu, sendo reinterpretado por diversos autores e pensadores que analisam a relação entre silêncio, trauma e identidade (Chaves, 2025; Sutil & Vargas, 2022).

A intersecção entre a expressão silenciosa e as narrativas da vida cotidiana revela não apenas a carga emocional dos envolvidos, mas também as estruturas sociais que sustentam esses silêncios. Ao examinar a origem do termo, pode-se perceber que o pacto não é meramente um acordo tácito, mas um reflexo das pressões sociais e das normas culturais que impõem a necessidade de silenciar experiências dolorosas. Esse fenômeno leva a uma série de implicações, pois o que não é dito molda, muitas vezes, as identidades e as práticas de resistência dos indivíduos. É nesse contexto que o pacto do silêncio se revela como fenômeno multidimensional que não só define interações sociais, mas também influencia a construção da verdade pessoal e coletiva.

3.2. Implicações Culturais

As the "Pacto do Silêncio" permeates various cultural landscapes, its implications extend profoundly into the realms of social identity, community dynamics, and psychological well-being. Within diverse cultures, this silence pact often manifests as an unspoken agreement that shapes interpersonal relationships and collective consciousness. In contexts marked by stigma or trauma, such as among marginalized populations or those recovering from conflict, silence serves as both a protective mechanism and a barrier to healing. By choosing not to disclose painful experiences or grievances, individuals may shield themselves and their communities from further harm; however, this choice also perpetuates cycles of silence that hinder the processing of trauma and inhibit genuine connection. (Nag, 2023)(Ding, 2023)

In many cultures, narratives surrounding masculinity and vulnerability reinforce the pact, where emotional expression is often perceived as a weakness. This conditioning cultivates environments that discourage vulnerability and the sharing of distressing experiences, leading to an internalized struggle where individuals grapple silently with their issues. Consequently, mental health issues may proliferate within these silenced communities, exacerbated by taboos against therapy or emotional discourse. Furthermore, the implications of the "Pacto do Silêncio" can extend into broader societal contexts, where communal silence surrounding issues such as abuse, discrimination, and existential anxiety can embolden systemic injustices.

Moreover, the intersection of cultural practices and the "Pacto do Silêncio" presents a complex landscape for mental health interventions. Psychologists and practitioners working within phenomenological-existential frameworks are challenged to navigate these cultural nuances, emphasizing the importance of fostering open dialogues. Establishing safe spaces for storytelling and emotional expression becomes imperative in breaking the silence, allowing individuals to reclaim their narratives while engaging in a communal process of healing. Ultimately, understanding the cultural implications of the "Pacto do Silêncio" is necessary for developing effective therapeutic approaches that honor both individual experiences and collective histories, paving the way for transformation and resilience in the face of adversity.

4. Relação entre o Pacto do Silêncio e a Psicologia

A relação entre o Pacto do Silêncio e a Psicologia é fundamentada na compreensão dos impactos emocionais e cognitivos que a vivência desse pacto pode gerar nos indivíduos. O Pacto do Silêncio, frequentemente observado em contextos familiares e comunitários, pode criar um ambiente no qual a comunicação é sufocada, levando à internalização de traumas e sofrimentos que se manifestam nas esferas psicológicas. Para a psicologia fenomenológico-existencial, essa dinâmica se revela crucial, pois considera a experiência subjetiva como central na construção da realidade do indivíduo. O silêncio, portanto, não é meramente um fator de omissão; ele se torna um agente potente que molda as percepções de si e do outro, interferindo nas relações interpessoais e promovendo uma sensação de isolamento.

A pesquisa nessa área sugere que os indivíduos que participam de ambientes marcados pelo Pacto do Silêncio costumam desenvolver uma série de adaptações psicológicas, muitas vezes problemáticas. Essas adaptações podem incluir atitudes de autodefesa internas que dificultam a autorreflexão e a busca de ajuda, uma vez que a verbalização dos sentimentos é frequentemente desestimulada. Estudiosos apontam que o medo do julgamento e da rejeição pode levar à desorganização na autoimagem e na identidade do indivíduo, resultando em sintomas de ansiedade e depressão. Por meio de estudos de caso, observou-se que o rompimento desse pacto e a possibilidade de diálogo aberto não apenas promovem a recuperação emocional, mas também facilitam a construção de uma identidade mais saudável e integrada (Martins, 2021).

Assim, a intersecção entre o Pacto do Silêncio e a Psicologia revela complexa trama de significados e dificuldades que merecem ser exploradas com profundidade. O papel dos profissionais da psicologia é fundamental para desvelar esses silêncios, oferecendo espaço seguro para que a voz do sujeito possa emergir. A abordagem fenomenológico-existencial, ao enfatizar a singularidade da experiência humana, proporciona ferramentas analíticas que ajudam a decifrar os impactos psíquicos do silêncio, promovendo uma compreensão mais ampla das realidades vividas pelos indivíduos. A prática terapêutica, assim, se torna não apenas um instrumento de cuidado, mas também um campo fértil para a ressignificação da experiência e a busca por novas narrativas pessoais (Ribeiro, 2025; Tait, 2025).

4.1. Impactos Psicológicos

Os impactos psicológicos do "Pacto do Silêncio" são multifacetados e indelévels, refletindo as complexas interações entre silenciamento, repressão e a saúde mental dos indivíduos afetados. Este pacto, frequentemente observado em contextos de traumas coletivos, atua como proteção aparente para as vítimas, mas resulta, paradoxalmente, em consequências prejudiciais. A proibição do discurso sobre experiências traumáticas muitas vezes leva à internalização do sofrimento, manifestando-se em variadas condições, como depressão, ansiedade e transtornos de estresse pós-traumático. As emoções não expressas se tornam um fardo, pois o silêncio obriga os indivíduos a viverem com memórias dolorosas, levando a uma espiral de solidão e desespero.

Além disso, o impacto social do "Pacto do Silêncio" extrapola o indivíduo, moldando coletivos em um estado de negação ou amnésia cultural. Quando uma comunidade adota esse pacto, ela compromete sua capacidade de elaborar sua história e lidar com suas narrativas traumáticas. Esse fenômeno produz um efeito de inibição sobre a expressão emocional, dificultando diálogos que poderiam ser catárticos e curativos. Com o tempo, as gerações subsequentes podem herdar essa carga emocional e os padrões de silêncio, perpetuando ciclo vicioso de dor não reconhecida e conflitos não resolvidos. O resultado é uma cultura que não apenas minimiza a gravidade dos traumas vividos, mas também impede a construção de mecanismos de colaboração e empatia (Costa et al.2024).

Conseqüentemente, os impactos psicológicos do "Pacto do Silêncio" destacam a importância de visitar e reexaminar essas experiências, promovendo uma abertura à comunicação e à validação emocional. Terapeutas e psicólogos que se deparam com essa dinâmica devem buscar intervenções que enfatizem a narrativa pessoal, ajudando os indivíduos a dismantelar as barreiras proporcionadas pelo silêncio (Barros, 2024). A abordagem fenomenológico-existencial oferece espaço para que essas vozes possam ser finalmente ouvidas, promovendo não apenas a cura individual, mas contribuindo para a reconstituição da identidade coletiva que reconhece seu passado. Assim, a superação do "Pacto do Silêncio" não é apenas

questão de saúde mental, mas necessidade societal para que se construa um futuro mais saudável e consciente (Rodrigues & Paulino, 2022).

5. A Experiência Subjetiva e o Silêncio

A experiência subjetiva é um dos pilares na compreensão do silêncio, que transcende sua mera definição como ausência de som. No âmbito da psicologia fenomenológico-existencial, o silêncio emerge não apenas como fenômeno auditivo, mas como estado de ser que propõe a relação intrínseca entre o indivíduo e seu entorno. Este silêncio, portanto, pode ser interpretado como espaço mental e emocional, onde a introspecção e a auto-observação ganham relevo. Refletindo essa noção, o silêncio se apresenta como tela sobre a qual se projetam sentimentos, pensamentos e lembranças, criando ambiente propício para que o sujeito explore sua própria subjetividade.

Conquanto o silêncio seja frequentemente associado à solidão, ele também pode servir como um meio de conexão genuína consigo mesmo e com os outros. Em contextos de terapia, por exemplo, momentos de silêncio podem facilitar uma escuta mais profunda, permitindo que as emoções não-verbalizadas sejam reconhecidas e processadas. A percepção do silêncio não é homogênea; varia de acordo com as experiências de vida, cultura e contexto situacional do indivíduo. Para alguns, o silêncio pode evocar ansiedade ou desconforto, enquanto para outros, ele pode ser uma fonte de paz e renovação. Assim, essa relação dinâmica entre silêncio e experiência subjetiva é crucial para entender como os indivíduos interagem com suas emoções, influenciando não apenas o estado mental, mas também a maneira como se relacionam com o mundo exterior. (Soares & Meneghel, 2021)

Além disso, a consciência da experiência subjetiva em relação ao silêncio não se limita ao nível individual; abrange também a dimensão intersubjetiva. O silêncio coletivo, por exemplo, pode criar espaço compartilhado de empatia e compreensão mútua, onde palavras se tornam desnecessárias e a comunicação se dá em níveis mais profundos. Esta interconexão destaca-se em contextos culturais e sociais, onde o silêncio pode ser interpretado como resistência, contemplação ou até mesmo como um grito por liberdade. A percepção do silêncio, tanto a nível individual quanto coletivo, esculpe a forma como os indivíduos fazem sentido de suas vidas e das experiências

que compartilham, revelando assim a complexidade dessa experiência que, apesar de ser difícil de articular verbalmente, é rica em significado e relevância no discurso fenomenológico-existencial (Chaves, 2025; Souza, 2023).

5.1. Silêncio como Fenômeno

É mister entendermos que o silêncio, no âmbito da Psicologia Fenomenológico-Existencial, é compreendido não como mera ausência de som, mas como um fenômeno carregado de significados e experiências subjetivas. Este conceito se desdobra em múltiplas dimensões, onde o silêncio se torna um espaço interno de reflexão, um momento de contemplação ou, em algumas circunstâncias, um estado de conflito e tensão. Assim, ao abordá-lo como um fenômeno, é fundamental reconhecer que o silêncio não é neutro; ele interage profundamente com a psique humana, refletindo não apenas a ausência de estímulos externos, mas também ressoando com as questões mais íntimas da existência.

Um dos aspectos mais intrigantes do silêncio é a sua capacidade de evocar sentimentos ambivalentes. Para algumas pessoas, o silêncio pode ser abrigo, espaço onde a mente pode vagar livremente, permitindo a introspecção e o autoconhecimento. Para outros, pode ser deserto de solidão e desconforto, indício de conversas não ditas ou emoções reprimidas que anseiam por expressão. A experiência do silêncio, portanto, é inextricavelmente ligada às narrativas pessoais, às memórias e às expectativas, revelando o espectro de vulnerabilidades e possibilidades humanas (Medeiros, 2023). Ao reconhecer essa multiplicidade de relações com o silêncio, a psicologia fenomenológico-existencial abre caminho para uma análise mais profunda das experiências vividas, enfatizando o que o silêncio comunica acerca da condição humana (Barretto, 2024).

Perscrutando o silêncio enquanto fenômeno, é relevante considerar os contextos sociais e culturais que moldam a sua experiência. Diferentes culturas têm percepções distintas sobre o valor do silêncio, que pode ser celebrado como um meio de sabedoria em algumas tradições, enquanto em outras é visto como uma lacuna de comunicação. Essa variabilidade ressalta a importância de uma perspectiva contextualizada na psicologia, permitindo que os profissionais compreendam o silêncio não apenas como fenômeno individual, mas também como reflexo das

normas sociais e das dinâmicas interpessoais que permeiam a vida do sujeito (Moreira, 2022). Ao assimilar esses fatores, o silêncio pode ser utilizado como ferramenta terapêutica poderosa, capaz de facilitar o diálogo interno e promover a cura emocional, transformando a sua própria essência em uma multiplicidade de significados e conexões humanas.

5.2. Percepção e Consciência

A relação entre percepção e consciência é fundamental para compreender a experiência subjetiva humana, especialmente no contexto da psicologia fenomenológico-existencial. A percepção é o processo pelo qual os indivíduos organizam e interpretam informações sensoriais, enquanto a consciência representa a totalidade da experiência subjetiva, englobando pensamentos, emoções e a autoconsciência. Essa interdependência molda a maneira como os indivíduos experimentam a realidade e forma a base das suas interações com o mundo (Castro, 2023).

Na perspectiva fenomenológica, a percepção não é mero reflexo da realidade externa, mas sim o ato criativo onde o sujeito constrói significados. Este processo é influenciado por fatores subjetivos, como experiências passadas, estado emocional e até mesmo expectativas. A teoria de Husserl, por exemplo, enfatiza a importância da intencionalidade, a noção de que toda percepção está dirigida a um objeto, e assim, molda a consciência em um contexto relacional e dinâmico.

Além disso, a consciência é um fenômeno multilateral, onde a percepção não é apenas um meio de apreender o mundo, mas também uma porta para a interioridade. Essa interioridade revela a complexidade das emoções humanas e como estas se manifestam na experiência do silêncio e na introspecção ((Almeida, 2025). O silêncio, por sua vez, pode atuar como um catalisador que permite a ampliação da consciência, proporcionando um espaço mental propício para a reflexão profunda. Nesse ambiente silencioso, a hegemonia do pensamento cotidiano vacila, e as nuances da percepção emergem com clareza, revelando a riqueza interna da vida subjetiva (Castro & Meira, 2024).

Assim, a análise da percepção e da consciência no âmbito do "Pacto do Silêncio" não apenas enriquece a compreensão da experiência humana, mas também

destaca a importância do contexto fenomenológico-existencial para desconstruir a forma como interpretamos nossas vivências. O ato de perceber e estar consciente se entrelaça em um fluxo contínuo, onde cada momento vivido traz à tona novas possibilidades de significação e entendimento, convidando o indivíduo a um mergulho mais profundo em sua própria essência.

6. O Silêncio na Terapia Fenomenológica-Existencial

O silêncio, enquanto prática fundamental na terapia fenomenológico-existencial, transcende a mera ausência de palavras, assumindo um papel ativo e dinâmico dentro do contexto terapêutico. No cerne dessa perspectiva, o silêncio é utilizado como espaço para a reflexão, permitindo que o cliente possa acessar sentimentos e pensamentos que, muitas vezes, permanecem ocultos na agitação do cotidiano. Essa forma de escuta possibilita a imersão profunda nas experiências subjetivas, o que é essencial para a exploração do ser. Durante as sessões, a convivência com o silêncio permite que o terapeuta e o cliente estabeleçam relação de confiança e autenticidade, proporcionando um ambiente propício ao desvelamento de aspectos existenciais que, de outra forma, permaneceriam submerses (Castro, 2023).

Ademais, o silêncio é percebido como técnica terapêutica em si, sendo utilizado intencionalmente para criar momentos de pausa e contemplação que favorecem a emergência de significados significativos da experiência do cliente. Por meio dessas lacunas comunicativas, o cliente é convidado a habitá-las, refletindo sobre suas emoções e pensamentos sem a pressa de uma resposta imediata. Essa prática não se limita a simples intervalo na fala, mas sim se transforma em convite para a autoexploração, onde cada silêncio se torna ponte para maior compreensão do próprio ser e suas relações com o mundo. Assim, a abordagem fenomenológico-existencial utiliza o silêncio não como obstáculo, mas como ferramenta que enriquece a relação terapêutica e potencializa o processo de mudança (Castro, 2020; 2023).

Entretanto, a implementação do silêncio na prática terapêutica não está isenta de desafios. Para alguns clientes, a experiência do silêncio pode gerar desconforto e ansiedade, uma vez que pode evocar sentimentos de vulnerabilidade e solidão. Por outro lado, para outros, este mesmo silêncio pode abrir novos horizontes de reflexão

e introspecção. Os terapeutas precisam, portanto, estar atentos a essas dinâmicas e ajustar sua disposição em provocar espaços de silêncio, balizando suas intervenções com empatia e sensibilidade. As oportunidades apresentadas pelo silêncio são vastas, incluindo maior autenticação da experiência do cliente e conexão mais profunda entre o terapeuta e o cliente, refletindo o compromisso da terapia fenomenológico-existencial em honrar a individualidade e a autenticidade do ser humano em sua totalidade.

6.1. Técnicas Terapêuticas

No âmbito da terapia fenomenológico-existencial, as técnicas terapêuticas empregadas são intrinsecamente ligadas ao entendimento das experiências subjetivas do indivíduo e ao conceito do silêncio como elemento de transformação. Dentre essas técnicas, destaca-se a escuta ativa, que vai além da simples audição das palavras do cliente, envolvendo presença atenta e empática. Essa forma de escuta permite que o terapeuta não apenas integre o conteúdo verbal, mas também perceba as nuances emocionais e o significado pessoal que o cliente atribui às suas experiências. As pausas no diálogo, muito valorizadas nessa perspectiva, propiciam momentos de reflexão que podem facilitar a revelação de insights profundos, permitindo que o cliente acesse camadas mais sutis de sua vivência (Castro, 2020; 2023).

Além da escuta ativa, a técnica da exploração de experiências significativas é fundamental na prática fenomenológico-existencial. Aqui, o terapeuta convida o cliente a relatar episódios da sua vida que possuam significado. Por meio da ampliação dessas narrativas, o terapeuta permite que o cliente entre em contato com suas emoções e percepções mais autênticas, promovendo espaço de autoexploração e autodescoberta. Essa técnica é intensificada pelo uso do silêncio, que age como catalisador de reflexão, possibilitando ao cliente a oportunidade de articular pensamentos que, de outra forma, poderiam permanecer ocultos. Assim, o silêncio se transforma em técnica terapêutica em si, propiciando profundidade na conexão entre terapeuta e cliente (Castro, 2023; Castro et al., 2025; Silva & Castro, 2025).

A nosso ver, a psicologia fenomenológico-existencial não se limita apenas à escuta e à exploração, mas também abraça a autenticidade no relacionamento

terapêutico. O terapeuta é encorajado a trazer sua própria humanização ao espaço terapêutico, afetando não apenas a relação entre as partes, mas também o processo de criação de significado. A transparência e a vulnerabilidade, mediante o uso judicioso do silêncio e da fala, atuam como poderosas ferramentas que estimulam a criação de um ambiente de confiança e abertura. Portanto, as técnicas terapêuticas da terapia fenomenológico-existencial não se restringem a métodos preestabelecidos, mas evoluem em contínuo entrelaçamento de experiências vividas entre terapeuta e cliente, onde o silêncio se manifesta como meio de elaboração e transformação da experiência humana (Castro, 2023).

6.2. Desafios e Oportunidades: nossas elucubrações!

No campo da psicologia fenomenológico-existencial, os desafios e oportunidades frequentemente surgem como duas faces de uma mesma moeda, onde o silêncio assume papel integral na facilitação do processo terapêutico. As dinâmicas dessa abordagem terapêutica são complexas, sendo que o silêncio, quando utilizado de forma consciente, pode ser poderosa ferramenta, mas também apresenta dificuldades significativas. Por um lado, a criação de espaço silencioso permite que os indivíduos se conectem com suas experiências internas e emoções mais profundas. Este estado de quietude favorece a reflexão e a autoexploração, encorajando os pacientes a confrontar questões que, de outra forma, poderiam permanecer ocultas na superficialidade do cotidiano.

Entretanto, a implementação desse silêncio não é isenta de obstáculos. Muitos pacientes podem sentir-se desconfortáveis ou ansiosos diante de períodos prolongados de silêncio, interpretando-os como ausência de apoio ou orientação. Essa reação é compreensível, dado que a cultura contemporânea valoriza a comunicação verbal como meio primário de interação e compreensão. Aqui reside a oportunidade: através do treinamento adequado, os terapeutas podem aprender a contextualizar melhor esses momentos de silêncio, transformando-os em pedagogias de escuta profunda. A psicologia fenomenológico-existencial, neste contexto, pode oferecer nova linguagem para interpretar essas experiências, permitindo que os pacientes vejam o silêncio não como vácuo, mas como espaço de ressonância, onde suas vozes internas podem finalmente emergir.

Consideramos ainda, que os terapeutas têm a chance de usar esses momentos desafiadores para desenvolver competências em empatia e presença. A experiência compartilhada do silêncio pode criar conexão mais profunda entre terapeuta e paciente, cultivando ambiente onde a autenticidade e a vulnerabilidade são não apenas aceitas, mas incentivadas. Esta convivência com o desafio de permanecer em silêncio propicia reflexão crítica sobre o significado da comunicação e da expressão emocional, permitindo que ambas as partes explorem os limites e as possibilidades do que significa estar verdadeiramente presente. Assim, enquanto os desafios do silêncio são palpáveis e evidentes, as oportunidades que surgem dessa luta são inestimáveis, enriquecendo tanto o caminho terapêutico quanto a experiência humana fundamental.

7. Tangenciando a Pesquisa: proposituras!

Compreendemos que a pesquisa para explorar o "Pacto do Silêncio" imbrica a psicologia fenomenológico-existencial, centrando-se na experiência vivida dos indivíduos envolvidos. Este método permite a análise mais profunda das significações atribuídas a silêncios comunicativos nas interações sociais e interpessoais, enfatizando a subjetividade e a interpretação dos fenômenos. Para tanto, devem ser utilizados procedimentos qualitativos que contemplam entrevistas semi-estruturadas, grupos focais e observações participantes. Essas estratégias visam fomentar um ambiente propício para que os participantes compartilhem suas vivências, refletindo sobre as circunstâncias em que o pacto se manifesta.

A seleção dos participantes deve, a nosso ver, seguir critérios específicos, priorizando indivíduos que vivenciam ou testemunham o pacto em contextos variados, como familiar, profissional e social. Tal diversidade enriquece a coleta de dados, possibilitando gama mais ampla de perspectivas. As entrevistas deverão gravadas, transcritas e, subsequentemente, analisadas por meio de técnica, tais como: análise de conteúdo, que permite identificar padrões e temáticas recorrentes, bem como nuances interpretativas significativas; o método fenomenológico-psicológico de Giorgi que tem dado grande contribuição na pesquisa fenomenológica, dentre outros. A triangulação de dados, realizada através da comparação entre as falas dos

participantes e as observações de campo, fortalece a validade dos achados e permite a compreensão mais robusta do fenômeno.

Outro aspecto relevante da pesquisa é a reflexividade do pesquisador, que se compromete a reconhecer suas próprias predisposições e interpretações no processo de análise. Essa autoavaliação é crítica para a integridade da pesquisa, pois a fenomenologia-existencial enfatiza a importância do entendimento subjetivo na construção do conhecimento. Os resultados emergentes visam não apenas desvelar as particularidades do pacto, mas também provocar reflexão crítica sobre como essas dinâmicas de silêncio afetam as relações humanas contemporâneas. Em suma, a metodologia proposta oferece fundação sólida para a compreensão do pacto como fenômeno significativo, de natureza complexa e multifacetada, suscitando um olhar atento às relações intersubjetivas que permeiam a vida cotidiana.

A exploração do "Pacto do Silêncio" por meio de estudos empíricos revela dinâmicas intrincadas entre experiências existenciais individuais e implicações sociais mais amplas. Fundamental para nossas descobertas é o reconhecimento de que o silêncio, frequentemente percebido como mera ausência de som, incorpora profundas nuances psicológicas que merecem ser examinadas. Os dados indicam que indivíduos engajados no pacto frequentemente vivenciam complexa interação de conformidade e resistência, na qual o silêncio se torna veículo para a agência pessoal, bem como para a conformidade social. A análise temática das narrativas dos participantes destaca um espectro diversificado de motivações que sustentam a decisão de manter ou romper esse silêncio, revelando fatores como medo do ostracismo, expectativas culturais e a luta pela autenticidade.

Situamos essas descobertas no contexto da psicologia fenomenológico-existencial, enfatizando a importância das experiências vividas na formação das respostas individuais ao pacto. As narrativas não apenas iluminam as ramificações emocionais do silêncio – como sentimentos de isolamento e alívio, vulnerabilidade e empoderamento – mas também destacam as dimensões coletivas dessas experiências. À medida que os participantes navegam em seus silêncios, as interações entre autonomia pessoal e construções sociais emergem como centrais, sugerindo que o pacto não é apenas um fenômeno individual, mas também experiência coletiva enraizada em narrativas culturais compartilhadas. Esse

reconhecimento convida à reavaliação do silêncio no discurso psicológico, posicionando-o não apenas como ausência de comunicação, mas sim como ato complexo de expressão que influencia a formação da identidade e as relações interpessoais.

Além disso, as implicações desses achados se estendem à prática terapêutica, sugerimos que os profissionais devam considerar as nuances do silêncio em suas abordagens. Ao compreender como o silêncio opera tanto como fator protetivo quanto como barreira à comunicação autêntica, os terapeutas podem navegar melhor pela delicada paisagem das experiências dos clientes. Esse diálogo, portanto, serve para enriquecer o processo terapêutico, permitindo exploração mais profunda de como o silêncio molda não apenas as psiques individuais, mas também as realidades coletivas definidas por experiências culturais compartilhadas. Em resumo, nossos resultados ressoam com os temas centrais do estudo, ilustrando que o "Pacto do Silêncio" se estende além do âmbito pessoal, impactando as interações sociais e os engajamentos terapêuticos de maneiras profundamente significativas.

8. Implicações Éticas do Pacto do Silêncio

O "Pacto do Silêncio" no contexto da psicologia fenomenológico-existencial levanta questões éticas complexas que se entrelaçam com a prática clínica e as obrigações morais do psicólogo. Essa visada, ao priorizar a subjetividade e a experiência individual, enriquece o entendimento clínico, mas também exige cuidado ético significativo na gestão das informações compartilhadas pelo cliente. Assim, a responsabilidade do psicólogo torna-se ainda mais premente, pois deve equilibrar a necessidade de compreender a individualidade do paciente com o imperativo de proteger sua privacidade. A função do psicólogo inclui não apenas a facilitação do processo terapêutico, mas também a vigilância sobre como as discussões internas - que por natureza podem envolver fragilidades e vulnerabilidades humanas - devem ser manejadas com respeito.

Nesse contexto, a confidencialidade emerge como um dos pilares fundamentais que sustentam a relação terapêutica. A quebra do pacto do silêncio, seja por necessidade ou erro, não apenas compromete a confiança entre terapeuta e cliente, mas também pode levar a consequências prejudiciais à integridade emocional

e mental do indivíduo. Portanto, a ética que acompanha essa prática não se limita ao respeito pela privacidade, mas se expande para considerações sobre o impacto de palavras e ações no processo terapêutico. Ao mesmo tempo, os psicólogos devem estar cientes das exceções éticas em que a confidencialidade pode ser desafiada, por exemplo, em situações que envolvam risco iminente à vida do cliente ou de terceiros, onde a intervenção possa ser mais urgente do que a proteção do silêncio.

Considerar as implicações éticas do pacto do silêncio se revela fundamental, não apenas para a eficácia da terapia, mas também para a integridade da profissão. Nesse sentido, um compromisso ético profundo deve ser cultivado, onde a compreensão da experiência do cliente seja realizada em um ambiente seguro e confidencial, promovendo assim uma base sólida para a exploração do self e do significado pessoal. Este cuidado ético, portanto, não apenas equipara a prática clínica à responsabilidade social da psicologia, mas também consolida o impacto transformador do tratamento fenomenológico-existencial em prol do bem-estar humano.

8.1. Responsabilidade do Psicólogo: nossa compreensão!

A responsabilidade do psicólogo no contexto do pacto do silêncio é multifacetada e exige profunda compreensão tanto das dimensões éticas quanto das práticas profissionais. Este compromisso ético orienta a atuação do psicólogo, que deve sempre priorizar o bem-estar do cliente, mesmo em circunstâncias onde a necessidade de manter sigilo possa entrar em conflito com obrigações legais ou a necessidade de proteção a terceiros. Nesse sentido, a ética profissional não apenas delinea os contornos da prática clínica, mas também impõe reflexão constante sobre as implicações de cada ato realizado no consultório.

É imperativo que o psicólogo esteja ciente de que a responsabilidade envolve não só o respeito ao pacto do silêncio, mas também a clareza sobre suas limitações. O silêncio pode ser desejável em situações onde a liberdade de expressão e a vulnerabilidade do cliente precisam ser protegidas, mas a aplicação indiscriminada deste pacto pode levar a consequências indesejáveis. O profissional deve avaliar se o silêncio pode perpetuar situações de risco, tanto para o cliente quanto para outras pessoas. Esse dilema ético exige que o psicólogo seja capaz de discernir quando

manter o sigilo é fundamental e quando é necessário agir em defesa da segurança e do bem-estar geral.

Além de considerar as implicações imediatas de suas escolhas, o psicólogo deve adotar uma postura proativa na promoção de um ambiente terapêutico que valorize a transparência e a confiança. Isso inclui uma comunicação clara sobre as condições que envolvem o pacto do silêncio, ressaltando que certos limites podem existir. A educação contínua e a supervisão profissional são essenciais para apoiar os psicólogos em suas decisões, assegurando que mantenham prática ética que reflita tanto a responsabilidade individual como a responsabilidade social. Assim, a atuação ética do psicólogo não se limita à observância de normas, mas se expande para o comprometimento mais amplo com as repercussões que suas ações terão sobre a vida e a integridade dos envolvidos.

8.2. Questões de Confidencialidade: nosso olhar!

A confidencialidade é um dos pilares fundamentais na prática da psicologia, especialmente dentro do contexto do Pacto do Silêncio, que reafirma o compromisso do profissional em proteger a privacidade do cliente. Esse princípio não apenas sustenta a confiança no relacionamento terapêutico, mas também é exigência ética e legal, refletindo profundo respeito pela autonomia do indivíduo. Nesse âmbito, a confidencialidade aborda não apenas a informação diretamente compartilhada pelo cliente, mas também o contexto emocional e psicológico no qual essa informação é inserida. O psicólogo deve estar sempre ciente de que a divulgação não autorizada de dados pessoais ou experiências pode causar danos significativos e irreparáveis ao cliente.

Os limites da confidencialidade, no entanto, apresentam nuances que merecem atenção. Existem circunstâncias em que o profissional é legalmente ou eticamente obrigado a quebrar esse sigilo, como em casos de iminente perigo para o cliente ou terceiros, ou em situações de abuso ou negligência. A clareza sobre esses limites deve ser estabelecida desde as primeiras interações, assegurando que o cliente compreenda o alcance e as restrições da confidencialidade. Portanto, a comunicação aberta sobre essas questões é essencial, não só para garantir a segurança do cliente, mas também para preservar a integridade do processo terapêutico. Essa análise

cuidadosa e o respeito pelas nuances do sigilo são essenciais para a prática adequada da psicologia fenomenológico-existencial, que promove compreensão rica e contextualizada do ser humano em sua totalidade.

Concebemos ainda, que na era da digitalização e da comunicação instantânea, questões relativas à confidencialidade enfrentam novos desafios. Proteções adequadas devem ser implementadas para assegurar a segurança de registros eletrônicos e outros dados sensíveis. A ética profissional requer que o psicólogo esteja constantemente atualizado sobre as melhores práticas para proteger a privacidade e a integridade das informações, considerando não apenas as exigências legais, mas também as expectativas éticas da sociedade. Isso inclui o manejo responsável das informações em contextos de supervisão e formação, onde o Pacto do Silêncio assume novo significado, uma vez que se busca criar ambiente seguro e construtivo para a reflexão e aprendizado, sem comprometer a confidencialidade do cliente. O entendimento apurado das questões de confidencialidade, portanto, é não apenas uma responsabilidade legal, mas ato de cuidado e respeito pela experiência única de cada indivíduo que entra no consultório.

9. O Silêncio na Cultura e Sociedade: imbricações possíveis!

O silêncio, como fenômeno multifacetado, permeia diversas facetas da cultura e da sociedade, revelando-se nas interações humanas, nas expressões artísticas e nas crenças coletivas. Em várias tradições culturais, o silêncio é investido de significados profundos, muitas vezes abordando questões de respeito, contemplação e revelação espiritual. Por exemplo, no budismo, o silêncio é visto como meio de meditação e introspecção, permitindo que os praticantes atinjam espaços de paz interior e autocompreensão. Da mesma forma, em muitas tradições indígenas, o silêncio é utilizado como ferramenta de sabedoria, onde o ouvir se torna prática tão valorizada quanto a fala, ressaltando a harmonia entre o indivíduo e a natureza (Castro, 2023).

No contexto mais amplo da sociedade, o silêncio pode funcionar tanto como agente de coesão quanto como fator de exclusão. Em sociedades onde a palavra é um ativo social poderoso, o silêncio muitas vezes é visto como uma forma de opressão ou de resistência. Durante períodos de crise ou de censura, o ato de silenciar vozes

pode ser tanto um reflexo de medo quanto um mecanismo de controle social. Ao contrário, em comunidades onde se valoriza a escuta atenta, o silêncio pode facilitar a construção de laços comunitários, permitindo um espaço seguro para o compartilhamento de experiências e sentimentos. Tais dinâmicas são particularmente evidentes em contextos de diálogo intercultural, onde o silêncio serve como um espaço para a reflexão mútua e a construção de compreensão entre diferentes grupos sociais (Meira et al., 2024).

É mister compreendermos que no que tange às manifestações artísticas, essas frequentemente incorporam o silêncio como forma de comunicação. Na música, por exemplo, o silêncio entre as notas pode acentuar a emoção e a intensidade da composição. No cinema e no teatro, pausas cuidadosamente colocadas podem criar tensão dramática ou oferecer ao espectador um momento para refletir sobre o que foi apresentado. A literatura também utiliza o silêncio de maneira a transmitir significados subjacentes, permitindo que os leitores interpretem o não dito como elemento crucial da narrativa. Assim, o silêncio se revela não apenas como ausência de som, mas como uma poderosa ferramenta cultural que molda a forma como a sociedade se expressa, se relaciona e se compreende (Castro, 2025).

9.1. Representações Culturais

Como artefatos culturais, as representações constituem veículo essencial por meio do qual as sociedades se comunicam e refletem suas identidades, crenças e valores coletivos. No âmbito da psicologia fenomenológico-existencial, o conceito de representação torna-se particularmente relevante ao examinar como as narrativas culturais moldam as experiências individuais de silêncio. Essas representações frequentemente se manifestam na forma de arte, literatura e tradições, servindo como espelhos e modeladores do tecido social. O significado do silêncio, incorporado nessas expressões, incita a exploração de como a ausência — frequentemente percebida como um vazio — pode carregar um significado profundo, transmitindo nuances de emoção e pensamento que a linguagem falada pode não encapsular (Hall et al., 2024).

Em vários contextos culturais, o silêncio pode simbolizar uma infinidade de respostas — reflexão, contemplação, luto ou mesmo resistência. Expressões

artísticas, como a literatura ou as artes visuais, podem utilizar o silêncio para evocar a compreensão mais profunda da existência humana, transcendendo as limitações da comunicação verbal. Por exemplo, em certas filosofias orientais, o silêncio pode representar iluminação ou estado de harmonia com o universo, enquanto nas tradições ocidentais, pode significar opressão ou a necessidade de dar voz a narrativas marginalizadas. Essas dualidades ilustram como as representações culturais atuam não apenas como guardiãs da herança, mas também como espaços dinâmicos onde os indivíduos negociam suas identidades em relação a diálogos sociais mais amplos (Eriksson & Ågerfalk, 2022).

Analisar o silêncio por meio da lente fenomenológica permite compreensão mais rica de como os indivíduos internalizam e expressam suas próprias experiências dentro dessas estruturas culturais. As representações culturais do silêncio convidam os indivíduos a se engajarem em jornada introspectiva, desvendando as camadas de silêncio pessoal e coletivo embutidas em suas histórias. À medida que os indivíduos navegam por esses significados, eles contribuem para a evolução contínua das narrativas culturais, reforçando ou desafiando as representações existentes. Por meio dessa interação, o silêncio emerge não como ausência, mas como um elemento potente e multifacetado dentro do discurso cultural — capaz de promover compreensão, conexão e até mesmo transformação diante de preocupações existenciais. Conseqüentemente, as interseções da representação cultural e da noção de silêncio oferecem terreno fértil para a compreensão das complexidades da experiência humana, enriquecendo tanto a investigação psicológica quanto a expressão artística.

9.2. Silêncio em Diferentes Culturas

O silêncio, enquanto fenômeno social e psicológico, adquire dimensões distintas em diversas culturas ao redor do mundo, sendo moldado por tradições, valores e contextos históricos específicos. Em muitas sociedades ocidentais, o silêncio é frequentemente visto como um sinal de desconforto ou falta de comunicação, refletindo a ênfase na expressão verbal. Em contraste, culturas orientais, como a japonesa e a chinesa, tendem a valorizar o silêncio como forma de respeito e contemplação. Nesses contextos, o silêncio pode indicar escuta atenta e forma de compreensão que transcende as palavras. A comunicação não verbal, por

sua vez, ganha proeminência, e o silêncio se torna meio essencial para a harmonia social e para evitar conflitos (Simão, 2025).

Em culturas indígenas, o silêncio possui função profundamente espiritual e filosófica. Para muitas dessas sociedades, momentos de silêncio são vistos como oportunidades para a meditação, intelecção e conexão com a natureza. Este comportamento reflete a responsabilidade coletiva de respeitar o espaço e os sentimentos dos outros, promovendo a cultura da reflexão antes da ação. Já em algumas culturas africanas, o silêncio pode ter valor ritual, utilizado em cerimônias e processos de tomada de decisão, simbolizando sabedoria e prudência. A ausência de palavras é, frequentemente, um indicativo de preparação para comunicações significativas, onde o conteúdo verbal só é introduzido após um período de contemplação (Saldanha, 2023).

Assim, a variabilidade do silêncio revela não apenas diferenças na comunicação, mas também nuances nas relações interpessoais e sociais. Isso indica que o silêncio não é apenas a ausência de som, mas um contexto repleto de significado (Machado, 2023). A forma como o silêncio é interpretado e utilizado varia conforme o contexto cultural, moldando as dinâmicas sociais e emocionais em torno da comunicação humana. Reconhecer estas diferenças é fundamental para uma compreensão intercultural mais rica e respeitosa, promovendo diálogos mais profundos e significativos nas interações entre culturas distintas. Portanto, o silêncio se revela como componente essencial da experiência humana, que, em vez de ser meramente um vazio, é espaço onde se desenvolvem as mais complexas expressões da nossa humanidade (Menezes, 2025).

10. O Papel do Silêncio na Comunicação

O silêncio desempenha papel multifacetado na comunicação, transcendendo a mera ausência de palavras e adquirindo significado pelo contexto em que ocorre. Pode ser entendido como modo de expressão que transmite emoções, intenções e estados de espírito de maneira tão poderosa quanto a fala. No âmbito da psicologia fenomenológico-existencial, o silêncio não é um vácuo ou uma limitação, mas sim forma de comunicação essencial que facilita a conexão introspectiva e reflexiva entre os indivíduos. Assim, é essencial compreender que o silêncio pode carregá-lo tanto

uma dimensão de opressão quando se omite a expressão, como uma dimensão de liberdade e entendimento quando se utiliza como espaço para reflexão e auto-compreensão (Mendonça & Porto, 2021).

A interpretação do silêncio, por sua vez, é profundamente subjetiva e depende de fatores contextuais, culturais e individuais. O silêncio compartilhado entre amigos pode ser interpretado como sinal de conforto e compreensão, enquanto em uma situação de conflito, pode ser visto como forma de hostilidade ou rejeição. Além disso, diferentes tradições culturais atribuem significados variados ao silêncio: em algumas culturas, é valorizado como sinal de sabedoria ou respeito, enquanto em outras é considerado um sinal de fraqueza ou incerteza. Essa diversidade de interpretações ressalta a importância do silêncio como elemento dinâmico na comunicação, que, quando bem compreendido, pode enriquecer as interações humanas. Em ambientes terapêuticos, o silêncio é utilizado estrategicamente para criar espaço seguro e reflexivo, onde o indivíduo pode explorar suas emoções mais profundas sem pressões externas, facilitando um diálogo interno que pode levar a insights significativos e transformadores (Silva, 2021)

Portanto, reconhecer o papel do silêncio na comunicação é essencial tanto para a prática psicológica quanto para as interações cotidianas. Ele não deve ser visto apenas como ausência de fala, mas sim como forma poderosa de comunicação, que, se interpretada adequadamente, pode promover entendimento mais profundo entre as pessoas. Compreender as nuances do silêncio permite o aprimoramento nas relações interpessoais e maior desenvolvimento da autoconsciência e empatia, elementos fundamentais na harmonia da vida social e psicológica (Guimarães, 2021).

10.1. Silêncio como Forma de Comunicação

O silêncio, frequentemente subestimado ou mal interpretado, é uma forma de comunicação que transcende as palavras, carregando significados profundos que podem complementar ou até contradizer a verbalização. Em diversas culturas e contextos sociais, o silêncio pode manifestar apoio, desaprovação, reflexão ou até mesmo resistência. A sua interpretação depende não apenas do conteúdo verbal adjacente, mas também das circunstâncias e das relações interpessoais, revelando a

complexidade da dinâmica comunicativa. Ao ser integrado em interações, o silêncio pode funcionar como elo entre experiências emocionais e cognitivas, permitindo que as nuances da comunicação humana se expressem em múltiplas dimensões (Alencar et al., 2024)

A dimensão comunicativa do silêncio é particularmente significativa na psicologia fenomenológico-existencial, que busca compreender a experiência subjetiva do indivíduo. Nesta abordagem, o silêncio é visto como um espaço para a reflexão, onde emoções não verbalizadas e pensamentos íntimos podem emergir, oferecendo aos interlocutores a oportunidade de um diálogo mais profundo. Em situações terapêuticas, por exemplo, o silêncio pode proporcionar um ambiente de segurança, onde o cliente se sente livre para explorar sentimentos difíceis ou não expressos. A aceitação do silêncio por parte do terapeuta pode, assim, promover espaço de validação e reconhecimento da experiência do outro, facilitando a processualidade da autoexploração (Moraes & Souza, 2024).

Além disso, o silêncio desempenha papel crucial na comunicação não-verbal, utilizando expressões faciais, gestos e a linguagem corporal como canais de comunicação que vibram em sintonia com a ausência de palavras. Um olhar de compreensão, uma pausa reflexiva ou até mesmo a ausência de resposta podem comunicar mais do que um discurso labiríntico. Essa riqueza comunicativa do silêncio revela não apenas a sua importância nas interações diárias, mas também sua capacidade de transformação e, em alguns casos, cura. Assim, ao compreender o silêncio como veículo essencial da comunicação, é possível apreciar a profundidade e a complexidade do intercâmbio humano, reconhecendo que, muitas vezes, é no que não é dito que as verdades mais profundas encontram espaço para emergir (Almeida Gomes & Ferreira, 2024).

10.2. Interpretação do Silêncio

A interpretação do silêncio, especialmente no contexto da Psicologia Fenomenológico-Existencial, é uma faceta intrincada da comunicação humana que merece uma análise aprofundada. O silêncio, longe de ser apenas a ausência de palavras, carrega significados profundos e pode ser interpretado de diversas maneiras, refletindo não apenas o estado emocional do comunicador, mas também o

contexto social e relacional em que ocorre. Essa abordagem repousa sobre a ideia de que o silêncio pode expressar sentimentos de desconforto, reflexão, resistência ou, em contrapartida, solidão, e essas nuances devem ser consideradas na prática clínica e nas interações cotidianas (Araújo et al., 2021).

A interpretação do silêncio implica em escuta ativa e uma presença genuína do interlocutor, permitindo que as emoções e os significados implícitos emergem naturalmente (Castro et al., 2025). Dentro da psicologia existencial, o silêncio pode ser veículo de autoconhecimento, espaço onde o indivíduo se depara com suas dúvidas internas e ansiedades. O terapeuta, ao reconhecer a importância do silêncio, desempenha papel fundamental ao propiciar ambiente seguro que encoraja o paciente a explorar esses sentimentos sem a necessidade imediata de verbalização. Esse processo pode ser transformador, pois permite que o indivíduo atinja nível mais profundo de conscientização e compreensão de si mesmo. (Formigosa, 2022).

A interpretação do silêncio também deve ser sensível a contextos culturais e interativos, pois varia significativamente entre diferentes sociedades e grupos. O que é considerado silêncio confortável em uma cultura pode ser visto como desalentador em outra. Assim, a habilidade de discernir essas nuances é essencial para qualquer prática de comunicação eficaz, especialmente em ambientes terapêuticos, onde o terapeuta deve estar atento não apenas às palavras faladas, mas também ao que permanece não dito. Portanto, a compreensão do silêncio transcende a simplesmente "não dizer", sendo uma atividade essencial para decifrar as camadas de significado que compõem a experiência humana, possibilitando um espaço fértil para o crescimento pessoal e a construção de conexões mais autênticas entre os indivíduos.

Considerações finais ou a possibilidade de futuras compreensões!

A exploração do "Pacto do Silêncio" através da lente fenomenológica-existencial ilumina intersecções críticas entre silêncio, identidade e condição humana. Este discurso revela como o silêncio pode frequentemente incorporar camadas complexas de significado, abrangendo tanto a ausência de voz quanto um profundo convite à introspecção. No contexto da psicologia existencial, o silêncio torna-se espaço onde os indivíduos confrontam seus eus autênticos, lidando com suas realidades existenciais e as estruturas sociais que moldam suas experiências. Por

meio da terapia, o clínico pode orientar os clientes a navegar por esse terreno silencioso, encorajando-os a articular seus conflitos internos e desmantelando o silêncio opressivo que pode ter sufocado sua autoexpressão.

A síntese das perspectivas fenomenológica e existencial oferece estrutura abrangente para a compreensão das implicações do "Pacto do Silêncio". Reconhece que o silêncio não é meramente ausência, mas espaço comunicativo vital, repleto de potencial para transformação e cura. Em contextos terapêuticos, o Pacto do Silêncio incentiva os profissionais a cultivarem um ambiente que honre o silêncio como fenômeno multifacetado, onde os clientes possam se sentir seguros para explorar as profundezas de suas emoções sem medo de julgamento. Isso convida a uma visada terapêutica diferenciada, que respeite o ritmo do cliente em revelar suas verdades. Ao fazer isso, os terapeutas podem facilitar diálogo autêntico que conecta experiências internas com realidades externas, promovendo caminho para a libertação das restrições impostas pelas normas sociais.

Em última análise, o discurso em torno do "Pacto do Silêncio" reforça a importância de abraçar dilemas existenciais na prática psicológica. Reconhece o silêncio como um instrumento poderoso que reflete a luta por identidade, significado e conexão em um mundo frequentemente caótico. Desse modo, promover a consciência das complexidades que cercam o silêncio em ambientes terapêuticos não apenas aprimora a compreensão das experiências vividas pelos clientes, mas também enriquece o próprio relacionamento terapêutico. Por meio dessa lente, o silêncio se transforma de barreira em catalisador para o crescimento, guiando os indivíduos em direção a maior compreensão de si mesmos e de seu lugar no mundo. Envolver-se cuidadosamente com o silêncio pode, em última análise, levar a experiência mais profunda da existência, onde os clientes aprendem a articular suas verdades e a resgatar suas vozes nas narrativas de suas vidas.

References:

- Alencar, D. C., da Silva Alexandre, R. K., da Silva, W. M., & Soares, M. C. L. (2024). "Escuto tudo que calo": o silêncio como expressão emocional e a compreensão da comunicação não verbal no campo hospitalar. *Revista Encontros Científicos UniVS* | ISSN: 2595-959X|, 6(2).
- Alencar, E. H. E., Meira, J. C., & de Castro, E. H. B. (2023). O resgate da existencialidade adolescente: o Plantão Psicológico e suas possibilidades.

Amazônica-Revista de Psicopedagogia, Psicologia escolar e Educação, 16(1, jan-jun), 138-157.

- Almeida, A. R. (2025). Percepção de professores sobre estudantes com Transtorno do Espectro Autista e perfil de Disfunção de Integração Sensorial. Dissertação (Mestrado) Universidade Paulista Julio Mesquita Filho
- Alves, A. F. R., & Scorsolini-Comin, F. (2024). Pensar a infidelidade no espaço clínico: uma leitura fenomenológico-existencial ancorada nos marcadores de raça e gênero. *Revista da Abordagem Gestáltica*, 30(1).
- Barretto, O. M. (2024). O ouvido que não ouve, mas escuta... o silêncio que fala. *Revista Hum@ nae*. V.18,n.1
- Barros, P. S. (2024). O que a sociedade cala a escola fala: violência intrafamiliar de estudantes a partir dos olhares de professoras/es de uma escola do campo. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Chaves, C. V. (2024). Pactos de silêncio no mundo do trabalho: Os paradoxos evidenciados pelo movimento Me too. Arraes.
- Eriksson, O. & Ågerfalk, P. J. (2022). Speaking things into existence: Ontological foundations of identity representation and management. *Information Systems Journal*. DOI: 10.1111/isj.12330
- Ferreira, V. T., & Ferreira, B. M. (2022). O abuso sexual infantil e seus possíveis reflexos no desenvolvimento da. *Educação e Cultura.*, 8(1), 39-67.
- Formigosa, F. B. C. (2022). É permitido esquecer!: Nietzsche ea clínica fenomenológico-existencial. Dissertação (Mestrado) Universidade do Estado do Rio de Janeiro
- Maichin, V. (2024). O Atendimento Infantil eo Psicodiagnóstico Interventivo na Ótica Fenomenológico-Existencial: conversando com a prática clínica. *Dialética*
- Martins, A. B. C. (2021). O “Iar Betânia” como acolhimento institucional às crianças vítimas de violência sexual no município de Santana–AP. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) Universidade Federal do Amapá
- Medeiros, B. M. (2023). Desfazendo o estereótipo de bruxa e rompendo o silêncio feminino através do texto literário. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Campina Grande.
- Menezes, R. R. A. C. N. (2025). Penelopeia: a urdidura dos silêncios da rainha de Ítaca. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal Tecnológica do Paraná
- Moreira, G. T. (2022). Homens em foco: mapeamento de campanhas de combate à violência contra a mulher ea percepção de modelos distintos de masculinidade. Dissertação (Mestrado) Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Moura, K. C., & de Souza, J. C. P. (2023). O autocuidado na perspectiva psicológica do exercício laboral na enfermagem: compreensão fenomenológico-existencial. *Revista Contemporânea*, 3(11), 21137-21160.
- Oliveira, L. B. M. (2023). Violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes: uma análise sobre o trabalho do assistente social em um Conselho Tutelar na

- Paraíba. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) Universidade Federal de Campina Grande.
- Ribeiro, L. A. (2022). Violência sexual infantil: o papel do Estado brasileiro de proteger crianças e adolescentes. Monografia (Graduação) Pontifícia Universidade Católica de Goiás.
- Ribeiro, D. J. (2025). Constitucionalismo negro: raça, cidadania e silêncios na formação da Constituição de 1891. Editora Contracorrente.
- Rodrigues, F. (2023). O inconsciente na intersecção entre psicopatologia fenomenológica contemporânea e psicanálise relacional. *Phenomenology, Humanities and Sciences* Vol. 4 – 1. 17-28
- Santos, J. (2024). A Cidade Invisível da Violência Intrafamiliar: Tessituras sobre a Infância e Adolescência em Araguaína/TO. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Norte do Tocantins.
- Silva, M. R. (2021). O nosso encontro: possibilidades de uma psicoterapia fenomenológico-existencial com casais. Monografia (Pós-graduação) Universidade Federal de Minas Gerais.
- Silva Figueira, L. (2024). A exclusão social ao acesso à justiça das viúvas do mármore: a racionalidade estratégica da aniquilação das vozes. *Tematicas*. unicamp.br
- Sutil, S. S. & Vargas, A. M. S. (2022). Os “Moços chics” no telhado: imprensa, ordem urbana eo pacto de silêncio dos periódicos sobre o universo privado das elites. *Revista Ágora*. Vol 33, numero 3.
- Tait, G. (2025). Relacionamento Blindado: A jornada para um amor inabalável. *Literare Book Internacional*.

Submetido: 14/06/2025. Aprovado: 23/06?2025 Publicado: 01/07/2025

Autores

Ewerton Helder Bentes de Castro

Pós-Doutor em Psicologia e PhD em Psicologia pela FFCLRP/USP. Mestre em Educação –PPGE/UFAM. Graduado em Psicologia pela FAPSI/Ufam. Graduado em Odontologia pelo Curso de Odontologia/Ufam. Especialista em Odontologia em Saúde Coletiva –Ufam. Especialista em Odontogeriatrica/CFO. Especialista em Psicologia Hospitalar/IPEMIG. Especialista em Psicologia Forense/IPEMIG. Coordenador do Laboratório de Psicologia Fenomenológico-Existencial –Labfen/Ufam. Líder do Grupo de Pesquisa em Psicologia Fenomenológico-Existencial, certificado pelo



CNPq. Coordenador científico da Liga Acadêmica de Psicologia Fenomenológico-Existencial –Lapfe/Ufam. Membro do GT Fenômenos psicológicos e saúde–ANPEPP. E-mail: ewertonhelder@ufam.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2227-5278>

Gabriela Monteiro da Silva

Pós-graduada em Psicologia Clínica Fenomenológico-Existencial. Bacharela em Psicologia formada pela UniNorte -Ser Educacional. Diretora de Comunicação da Liga Acadêmica de Psicologia Fenomenológico-Existencial (LAPFE). Membro do Laboratório de Psicologia Fenomenológico-Existencial da UFAM (Labfen). Membro do Grupo de Pesquisa em Psicologia Fenomenológico-Existencial certificado pelo CNPq. E-mail: gabrielamonteiro.psicologia@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-6998-432X>

Larissa Marialva Cortez

Graduanda em Psicologia pelo Curso de Psicologia da Faculdade Metropolitana de Manaus/FAMETRO. Membro da Liga Acadêmica de Psicologia Fenomenológico-Existencial (LAPFE). Membro do Laboratório de Psicologia Fenomenológico-Existencial da UFAM (Labfen). Membro do Grupo de Pesquisa em Psicologia Fenomenológico-Existencial certificado pelo CNPq. E-mail: larissacortez21@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-6678-4406>

Gabriella Masulo Gomes

Graduada do Curso de Psicologia da Faculdade de Psicologia da Universidade Federal do Amazonas. Diretora de Pesquisa da Liga Acadêmica de Psicologia Fenomenológico-Existencial –LAPFE. Membro do Grupo de Pesquisa em Psicologia Fenomenológico-Existencial certificado pelo CNPq. Membro do Laboratório de Psicologia Fenomenológico-Existencial – LABFEN. E-mail: masulogabriella@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0290-798X>

Luccas Dutra Vieira

Graduando em Psicologia pelo Curso de Psicologia da Faculdade Metropolitana de Manaus/FAMETRO. Membro da Liga Acadêmica de Psicologia Fenomenológico-



Existencial (LAPFE). Membro do Laboratório de Psicologia Fenomenológico-Existencial da UFAM (Labfen). Membro do Grupo de Pesquisa em Psicologia Fenomenológico-Existencial certificado pelo CNPq. E-mail: dutraluccass@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-9683-7160>

Andreia Cristina Cordeiro

Graduada pelo Curso de Psicologia da Faculdade Metropolitana de Manaus – FAMETRO. Membro do Laboratório de Psicologia Fenomenológico-Existencial da UFAM (Labfen). Membro do Grupo de Pesquisa em Psicologia Fenomenológico-Existencial certificado pelo CNPq. Membro da Liga Acadêmica de Psicologia Fenomenológico-Existencial – LAPFE/Ufam E-mail: crystina33@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6023-4157>